

Dinheiro.

Seleção da PM abre inscrições

Começam hoje as inscrições para o concurso que preencherá 650 vagas na PM. Salário é de R\$ 2,4 mil. *Página 32*

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

SEM ROYALTIES ESTADO E CIDADES VÃO CORTAR OBRAS



Plano aprovado no Senado traz rombo superior a R\$ 3,4 bi

▲ RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

▲ MIKAELLA CAMPOS
malmeida@redgazeta.com.br

Se as novas regras de distribuição dos royalties do petróleo forem aprovadas na Câmara dos Deputados e a presidente Dilma Rousseff sancionar a lei, o rombo nas finanças do Espírito Santo e dos municípios capixabas, até 2015, será superior a R\$ 3,4 bilhões.

A projeção da perda de receitas foi feita no início da noite de ontem pelo secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio Félix Carvalho, e sua equipe, a pedido do governador Renato Casagrande.

Estado e municípios já começariam o próximo ano com menos R\$ 409 milhões em caixa. Com menos dinheiro será necessário fazer adequações nas contas, admite o governador. O orçamento de R\$ 7,6 bilhões para 2012 terá que passar por alterações.

Na entrevista coletiva que concedeu ontem, Casagrande disse que dificilmente poderá fazer todos os investimentos previstos. "Não vamos cair com o barulho do tiro", afirmou

REDUÇÃO DE RECURSOS

Veja o quanto Estado e municípios perdem até 2015 com a proposta de Vital do Rêgo aprovada no Senado.

Simulação de perdas do Espírito Santo com as novas regras aprovadas no Senado em 19/10/2011

Royalties + PE (R\$ milhões)		2011	2012	2013	2014	2015
Regras atuais	Estado	1014	1264	1421	1579	1579
	Municípios	693	864	973	1083	1087
	Total	1707	2127	2395	2662	2666
Regras aprovadas no Senado	Estado	816	1017	1109	1175	1118
	Municípios	482	586	606	613	561
	Total	1298	1602	1715	1788	1679
PREJUÍZO	Estado	198	247	312	404	462
	Municípios	211	278	367	469	525
	Total	409	525	679	874	987

Fonte: Finanças dos Municípios Capixabas. Nota: *Dados preliminares.

ao dizer que prefere aguardar o início do próximo ano para analisar o que precisará ser feito. O orçamento, segundo o governador, foi feito com o pé no chão, dentro da realidade local.

MUNICÍPIOS

A nova partilha dos royalties vai obrigar municípios produtores de petróleo a reduzirem investi-

mentos em saúde, educação e infraestrutura.

Alguns já estudam a possibilidade de brigar na Justiça por seus direitos. O presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Gilson Amaro, afirma que acontecerá uma reunião entre as cidades produtoras para discutir o que será feito para impedir prejuízos.

Entre os mais prejudi-

cados está Presidente Kennedy, que perderá mais da metade dos recursos, conforme levantamento preliminar do economista Alberto Borges, editor do Anuário de Finanças dos Municípios Capixabas.

Itapemirim, por exemplo, deixará de arrecadar R\$ 5,5 milhões para ganhar R\$ 300 mil, em 2019, segundo o secretário de Finanças, Eder Bo-

telho da Fonseca.

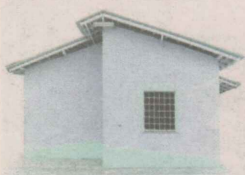
Aracruz, que hoje recebe R\$ 30 milhões em compensação, terá R\$ 10 milhões, afirma o secretário de Finanças Zamir Rosalino.

O prefeito de Linhares, Guerino Zanon, explica que 70% dos recursos dos royalties são aplicados em obras públicas. Hoje, a cidade recebe R\$ 80 milhões; a estimativa de perda é de R\$ 40 milhões para

o ano que vem e de R\$ 20 milhões em 2019. "O município vai ficar como estava há dez anos e terá que correr atrás de migalhas".

O prefeito de Anchieta, Edival Petri, frisa que para 2012 estavam previstos R\$ 100 milhões. "Vamos receber metade; e em 2013, 60% dos recursos. Teremos que deixar de construir escolas, postos de saúde e pavimentar ruas".

COM UMA PERDA DE R\$ 3,4 BI ATÉ 2015, VEJA O QUE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS NÃO VÃO CONSEGUIR FAZER MAIS



175.200
casas populares



300.000 salas
de aula equipadas



45.000 Km
de redes de esgoto



Comprar 144.000
carros populares



Pagar 7.058.820
salários mínimos



Comprar 51.000
ambulâncias equipadas

ROYALTIES DO PETRÓLEO

Votação será em novembro

Projeto de Vital do Rêgo será apreciado na Câmara na primeira semana do mês

▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rsuave@redgazeta.com.br

Após ser aprovado no Senado na última quarta-feira, o projeto que muda as regras de divisão dos royalties deve ser votado na Câmara na primeira semana de novembro, informou ontem o presidente desta Casa, Marco Maia (PT-RS).

Depois de uma reunião com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Maia informou que o peemedebista concordou em suspender a apreciação do veto à Emenda Ibsen, que seria votado na próxima quarta-feira no Congresso. O petista adiantou que convocará reunião de líderes para terça-feira, a fim de acertar os procedimentos de votação do novo texto.

Para justificar a ampliação do prazo, Maia explicou a Sarney que a pauta da Câmara está truncada por três medidas provisórias, sendo que uma delas é complexa - a MP do plano Brasil Maior, de incentivo à indústria nacional.



Maia e Sarney confirmaram suspensão da votação do veto à Emenda Ibsen

PRÓXIMOS PASSOS

Possibilidades

O projeto de Vital do Rêgo chega à Câmara. Há 3 possibilidades:

▼ Comissões

Se, ao ser examinado, for definido que o projeto tem identidade com o PL 8051 (Emenda Ibsen), será a este apensado e passa pelas comissões de Minas e Energia, Desenvolvimento Econômico, Constituição e Justiça e Finanças e Tributação. O PL 8051, por

sua vez, já está apensado a outro projeto sobre receitas de petróleo e gás natural, o PL 1618/2003.

▼ Sem identidade

Se não for encontrada identidade com projetos na Casa, o texto caminha sozinho pelas mesmas comissões, também sem prazo de votação.

▼ Manobra

O mais provável é uma manobra para ser aprovada a apreciação em urgência.

Para aprová-lo, basta assinatura de 257 dos 513 deputados ou assinatura dos líderes partidários cujas siglas juntas somem esse total. Se aprovada a urgência, o projeto pode ser votado na mesma sessão, na seguinte ou mesmo numa extraordinária. Qualquer alteração leva o projeto de volta ao Senado. Se aprovado, o projeto segue para sanção ou veto da presidente.

AGÊNCIA SENADO

BANCADA

As bancadas dos produtores articulam manobras para adiar a votação. A aprovação é dada como certa, já que os 46 deputados do Rio e os 10 do Espírito Santo não serão capazes de deter os 457 colegas.

Uma das estratégias do deputado Audifax é re apresentar todas as emendas feitas pela bancada dos produtores no Senado - e rejeitadas na Casa. Uma delas, do senador Ricardo Ferraço, garante aos produtores os mesmos ganhos de 2011 em 2012.

Já o deputado César Colnago (PSDB) quer injetar emenda de impacto menos polêmico, para fazê-la ser aprovada em plenário. Assim, o projeto volta ao Senado.

Outra manobra é obstruir a votação de um projeto de prioridade máxima para o governo: a PEC da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Esse projeto permite ao governo usar livremente 20% das suas receitas até 2015.

Ferraço continua estudando medidas e fará gestões para que Dilma vete o projeto, se passar na Câmara. (Com informações da Agência Estado)

Rio: corte é gol contra a Copa

▲ O governador do Rio, Sérgio Cabral, disse ontem que a perda dos royalties vai comprometer o pagamento dos aposentados do funcionalismo estadual e a realização dos projetos para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Até dívidas com a União ficarão comprometidas. Mas ele disse confiar no veto aos cortes pela presidente Dilma Rousseff, caso o projeto de lei seja também aprovado na Câmara.

Ele disse que o Estado gasta os royalties de maneira transparente, sendo cerca de R\$ 2 bilhões anuais em dívidas com a União. O resto é para o pagamento dos aposentados do Estado e repasses para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam).

O presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e prefeito de Macaé, River-ton Mussi, disse que só Macaé perderia R\$ 130 milhões em 2012.

Casagrande recebe bancada na segunda

▲ O governador Renato Casagrande vai continuar as articulações na tentativa de conseguir alterações no projeto dos royalties na Câmara. Na segunda-feira, dia 24, ele recebe a bancada federal, no Palácio Anchieta, às 7h30, para discutir novas estratégias.

Na terça-feira, Casagrande vai a Brasília para conversar com ministros e com o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza. Uma das táticas é re apresentar as emendas re-

jeitadas pelos senadores dos Estados produtores e tentar adiar a votação para ganhar tempo nas articulações. "Temos que construir apoios e precisamos de tempo para isso".

Mesmo com todos os expedientes pensados, a aprovação do projeto é dada como certa. Aí a decisão estará nas mãos da presidente Dilma Rousseff, que poderá sancionar o projeto ou vetá-lo.

"Vamos a cada dia vivendo a nossa agonia", desaba-

fou Casagrande, ao explicar que fará os movimentos de acordo com as etapas a serem vencidas. Ele disse que não programou conversar com Dilma antes da votação na Câmara.

O governador declarou ter esperanças de que ela vetará o projeto, pois concordou com a tese do ex-presidente Lula do veto à Emenda Ibsen/Simon. "Mas não vamos tomar nenhuma medida precipitada".

Se isso não ocorrer, a última etapa será o recurso

ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na avaliação de Casagrande, mesmo com a aprovação do projeto no Senado, o longo trabalho do governo e da bancada "não foi em vão".

A retirada do projeto da emenda que previa a mudança das linhas geodésicas dos campos petrolíferos marítimos, segundo Casagrande, foi uma vitória e resultado da pressão dos parlamentares e governadores de Estados produtores. (Rita Bridi)

"JOGO DESIGUAL"



"A votação do projeto no Senado foi um jogo muito desigual. Acreditamos que na Câmara a votação seja diferente"

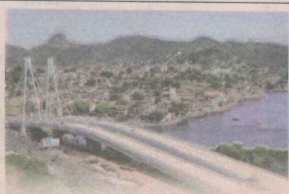
MÁRCIO FÉLIX CARVALHO SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

"Osso duro de roer até o final"

▲ "O jogo só termina quando acaba. Precisamos continuar sendo osso duro de roer e continuar lutando até o último minuto". A declaração do senador Ricardo Ferraço demonstra o quanto a luta dos parlamentares dos Estados não produtores será dura, na votação do projeto na Câmara. O Congresso, destacou, "pode muito, mas não pode tudo e a Constituição é a guardiã dos nossos direitos".



Construir e equipar quase **30** hospitais como o novo Dório Silva



Construir **54** pontes iguais à da Passagem



Construir **96** alças da Terceira Ponte



Construir **96** viadutos como o que está sendo feito entre as rodovias Darcy Santos e Carlos Lindenberg



Reformar quase **12** vezes o Aeroporto de Vitória